

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

YÊSSERA VIANA SALVALAGGIO

**FEMINISMO? O QUE É ISSO, UM FILME? ANÁLISE DO SENTIMENTO DE
PERTECIMENTO E INCLUSÃO AO MOVIMENTO FEMINISTA DENTRO DA
UFPR**

CURITIBA

2025

YÊSSERA VIANA SALVALAGGIO

**FEMINISMO? O QUE É ISSO, UM FILME? ANÁLISE DO SENTIMENTO DE
PERTECIMENTO E INCLUSÃO AO MOVIMENTO FEMINISTA DENTRO DA
UFPR**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade artigo, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel no Curso de Relações Públicas, Departamento de Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Valquiria Michela John

CURITIBA

2025

AGRADECIMENTOS

Talvez, de todo este trabalho, essa seja a parte mais difícil de escrever. Peço desculpas aos caros leitores, pois este será o momento: senta que lá vem história. Definitivamente, tenho mais a agradecer do que qualquer problema de percurso que tenha transcorrido até aqui. Belchior já disse que “presentemente posso me considerar um sujeito de sorte” e, por sorte, eu posso — e muito.

Começamos, então, antes de agradecer àqueles que dividem comigo o sangue, agradecendo aos que se tornaram minha família, em ordem cronológica, e fizeram de mim quem sou e quem chegou até aqui.

À minha amiga Elen, que, ao longo dos últimos 23 anos, me acompanha em todas as fases da minha vida: obrigada pela cumplicidade, por dividir as angústias, os medos e os sonhos.

Aos meus amigos Danielle, Jhonatan e Italon, que me acompanham desde o ensino fundamental até hoje, obrigada por estarem nos momentos difíceis, nas fases confusas, na adolescência dos altos e baixos, na vida adulta corrida. Vocês foram fundamentais em todo o meu processo de construção como pessoa, fosse no acolhimento, no ombro para sonecas em meio à aula — que só o Jhonny tinha —, nas piadas insalubres que sempre saíam da boca do Italon, para Dani, agradeço pelas conversas e reflexões que sempre existiram entre nós duas e tanto me fizeram crescer, ou nas madrugadas de conversa à toa. Obrigada por existirem e permanecerem na minha vida.

Dizem que a música une pessoas. Marcos, você é das melodias felizes que eu tive a sorte de ter na partitura. Mais de dez anos se passaram e, mesmo com as mudanças da vida e os caminhos distintos, sua amizade é a certeza de sempre ter com quem contar.

Aos amigos que o futebol me deu: o Athletico me traz raiva com oscilações de alegria, mas também me trouxe família. Renata foi suporte, abraço, riso e choro — o que o Athletico une, nada separa; é o nosso lema. Luiz Felipe, entre as brigas, jogos, ganhos e perdas (nem sempre sobre futebol), muito obrigada pelo abraço apertado e por sempre estar disposto a entrar num carro e se fazer presente. Por fim, apesar de inúmeras circunstâncias terem nos distanciado, seria injusto não agradecer ao Henrique, seja pelo suporte, pelas risadas, pelas inúmeras horas de conversa e apoio, ou pelos sorvetes e Subways divididos em um dia comum. Obrigada.

Para a Mariana, que, em meio ao caos, nos bastamos. A vida é muito melhor por te ter, minha amiga. Obrigada por me ensinar o poder de uma amizade, por me acolher na sua vida e família, por ser amor e parceria incondicional. Obrigada por tudo.

À Julyana, obrigada por todo cuidado e riso fácil; obrigada pelos colos, pelas rezas, pela sensibilidade. Obrigada pela amizade fiel e pelas piadocas, mesmo com o mundo caindo. Você é luz.

Para a Dayla, obrigada por ser extraordinária! Sua amizade é avassaladora: é apoio, união e a certeza de que tenho alguém vibrando pela minha vida em todos os momentos. Agradeço por nossas vidas terem se cruzado.

Ao ciclo de amigos, por fim, agradeço à minha dupla, David, que, apesar dos meus esforços para detestá-lo por ser palestrinha, me venceu pela amizade que se faz presente sempre, mesmo a mais de 3.400 km de distância. À Gabi, pela amizade, doçura e inteligência — quem tem Gabi Marina tem presente! Julia, Bruna e Lígia, é surreal o quanto admiro e sou grata por vocês. Obrigada pelas noites de garotas, jantas, risadas, conversas que são proibidas de citar, amor, acolhimento e força. A universidade foi um presente por causa de cada um de vocês. Obrigada por tudo, dentro e fora dela!

O conhecimento emancipa. Agradeço, então, à universidade pública, gratuita e de qualidade e a reverencio por me abrir portas sociais, culturais, educacionais e econômicas. Foi por meio da universidade e do ensino superior que me tornei parte imensa de quem sou. No fim dos agradecimentos acadêmicos, não poderia deixar de agradecer aos professores que me ajudaram a construir a profissional que desenhei até aqui. Ao NCEP e ao José Carlos, que, entre risadas, agendas e viagens organizadas, sempre tinha um ombro amigo e um café para me oferecer. À Kelly Prudêncio, uma das professoras que mais me fizeram refletir durante a graduação, responsável por eu escolher o tema deste trabalho: obrigada pelo olhar crítico sobre tantos temas. Por último, e não menos importante — talvez a mais importante —, agradeço à Valquíria John, minha orientadora, por todo cuidado e suporte. Obrigada por não ter me deixado desistir e por me acolher, mesmo no meio do caminho. Val é, com certeza, daquelas pessoas e professoras que você tem sorte de ter no percurso e que, sem sombra de dúvida, nunca vai esquecer. Obrigada por me tornar uma profissional melhor e uma pessoa com um olhar mais sensível ao mundo.

Antes da família, agradeço ao João Lucas pelo companheirismo, apoio e suporte em todas as mudanças de decisão entre 2015 e 2025. Nas vitórias, nos erros, nos acertos e nas lágrimas, obrigada por ser maravilhoso e por estar comigo ao longo de todo esse trajeto. Sem você, muito do que vivi até aqui teria sido bem mais árduo. Obrigada por me mostrar um amor leve, por me lembrar de ser confiante, pelo cuidado e por acreditar em mim mesmo quando tudo parecia desabar.

À minha tia Cacilda, que, como jornalista e ex-refugiada política no auge da Ditadura Militar, ao longo desta caminhada nem sempre apoiou minha escolha pela Comunicação, te agradeço por tudo, absolutamente tudo. Por me acolher, me ouvir, brigar, cuidar e ser minha segunda mãe ao longo de toda a minha existência. Obrigada por ser meu exemplo de luta. Eu sou sortuda demais por te ter.

À minha mãe, Elizia, que, segundo as más-línguas, somos insuportavelmente iguais. Te agradeço pelo amor, pelas brigas, pelos choros, pelo apoio às minhas incontáveis mudanças, por acreditar que eu me encontraria nessa muito louca, louca vida. Você é algo assim, é tudo pra mim, bem mais do que eu esperava. Nem sempre foi como eu sonhava, mas hoje, na adultez, enxergo você para além da minha mãe. Obrigada por ser meu exemplo de determinação, de alegria e de coragem para mudar sempre que necessário.

À Anankha, minha irmã, para quem provavelmente nunca terei palavras suficientes. Ela é força, cuidado, carinho e amor. Anankha é meu exemplo em quase todos os aspectos, e espero, um dia, ser 1% da pessoa que ela é. Entre as brigas da infância e a vida adulta, é nela que sempre encontrei lar e refúgio do medo e do mundo. Ela é amizade e sutileza, mesmo que nem sempre tão delicada. Minha irmã é meu exemplo de luta, de crença em um mundo mais digno, de política e educação. Foi meu apoio e meu impulso tantas vezes, sem ao menos saber. No final do dia, não importa o que aconteça, sei que a tenho e torço, todos os dias, para que ela tenha certeza de que me tem de volta sempre que precisar. Obrigada por tudo.

Por fim, agradeço àquele que, pela desventura da vida, infelizmente nunca vai poder ler este agradecimento, pois há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia — e nunca conseguiremos entender. Ao meu pai, Edmundo, agradeço as gargalhadas fatais, os mingaus de aveia, os assovios ao som de Demônios da Garoa. Agradeço por ter sido meu fã número um, sempre. Obrigada pelos abraços longos, com suas mãos grandes, nos dias difíceis; pela carona até a universidade; por me esperar ao final de uma aula só para eu não voltar sozinha à noite. Obrigada pelos almoços quentinhos, pelas pipocas no meio da tarde, por me ensinar a amar futebol. Você foi meu herói e meu bandido, seja como monstro da mão gelada ou nas centenas de brigas que tivemos. Sinto falta das histórias que você contava e que hoje guardo na memória e sei de cor. Jogaremos truco, colaremos uma fita amarela, daremos tempo ao tempo. Queria que estivesse na primeira fila da conquista; espero que, de alguma forma, você esteja. Kumbaiaia.

Eu sou porque cada um destes foi. Este trabalho é para vocês. E eu os amo do fundo do coração.

“13 tiros disparados

*O primeiro atinge Clítenes, o pai da democracia.
O seguinte acerta Tereza de Benguela, Dandara e toda a luta
abolicionista da mulher negra.
O terceiro vai direto ao peito de Isabel de Mattos Dillon e sua
briga pelo direito de votar.
Carola de Queirós foi a seguinte e, com ela, morreu, também, a
entrada da mulher na política brasileira.
O outro disparo acertou Antonieta de Barros, a primeira
mulher negra eleita deputada federal no país.
A segunda também foi atingida: Leci Brandão e sua voz que
acolheu tantas minorias em um país injusto.
O sétimo tiro atravessa o oceano e faz doer em Nelson
Mandela e sua dedicação pelo fim da segregação racial.
A oitava vítima, infelizmente, já tinha sofrido um atentado
parecido: Martin Luther King Jr. é silenciado outra vez.
Zilda Arns é acertada também e cai junto com ela todo seu
esforço e garantir qualidade de vida para a população pobre.
O décimo tiro foi em João Silvério Trevisan e na defesa dos
direitos LGBTs.
O seguinte atingiu Maria da Penha, que já tanto sofreu e,
agora, tentava salvar a vida de outras mulheres.
Depois veio Dilma Rousseff, que lutou contra o regime
ditatorial e foi eleita a primeira presidenta do Brasil.
Infelizmente títulos não salvam pessoas – sobretudo, mulheres.
O último atinge uma menina tão nova! Malala Yousafzai, nosso
grande exemplo vivo, cai por terra de repente. 13 tiros.
4 acertam Marielle.
3 acertam Anderson.*

*13 tiros. 14 de março. Dia de Luta contra o genocídio da Mulher Negra. Dia de Marielle Franco.”
(Mariana Jarves Chaves)*

E como prometido, dedico esta epígrafe ao meu pai e nosso amor:

“Vamos a 52. O Athletico pressiona. Lucho fica em cima do Sóbis que trabalha com a defesa, Inter vai ter que praticar o chutão. Quase 51. O Athletico se fecha, se agiganta. Sobe para tirar de cabeça por ali Léo Pereira. A bola espirrada sobra aqui na direita para participação dele, Paredes vem bem para dar o bote e ficar com a bola, Rony trabalha com Bruno Guimarães, prende o lance e vai lançar na ponta esquerda, que boa bola, que boa saída para ele. Cirino escapou do adversário, escapou da falta também. Prende a bola lá na frente, para segurar, para vir o título. 51. Vamos para 52. Ele passa entre as pernas do adversário, faz uma boa fita, que jogadaça, Cirino, que jogadaça! Mais uma entortada, meteu pro meio pra pintar mais um gol, bola batida pro gol é campeão. É campeão, Rony!

Tá lá, tá lá, tá lá! É campeão da Copa do Brasil o Furacão. Goooooooooooooooool. Golaço Rubro-Negro. Golaço do Athletico! Que jogada espetacular, seu Marcelo Cirino! Marcado por dois, entre as pernas de um dos marcadores, pega da esquerda, ganha, ajeita, coloca na área. Ajeita pra chegada do outro lado em liberdade do Rony, o Rony estufa.

O Athletico é campeão. Respeitem o futebol do Estado do Paraná. Respeitem o Clube Athletico Paranaense. Respeitem essa camisa que só se veste por amor.

(Narração, Jacir de Oliveira, 18 de setembro de 2019, Final da Copa do Brasil)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM RELAÇÕES
PÚBLICAS II**

ALUNA: Yessera Viana Salvalaggio

**DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL E DEFESA: 08/12/2025, às
19h00, no DECOM.**

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
Valquíria Michela John (orientadora) <i>Val</i>	<i>95</i>
Máira de Sousa Nunes <i>maira</i>	<i>95</i>
Karin Silva <i>Karin Silva</i>	<i>95</i>
MÉDIA FINAL:	<i>95</i>

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Assinatura: _____

Prof.^a Valquíria Michela John
Orientadora

FEMINISMO? O QUE É ISSO, UM FILME? ANÁLISE DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E INCLUSÃO AO MOVIMENTO FEMINISTA DENTRO DA UFPR

RESUMO: Com marco na década de 1970, frente ao contexto de Ditadura Civil Militar no Brasil, o Movimento Feminista ganha força nas universidades brasileiras sob a necessidade de resistência política frente ao militarismo e a luta por direitos políticos e civis. O movimento, que originalmente se destaca pela união das pautas reivindicatórias e demais grupos subversivos, como o movimento estudantil e o movimento negro, traça sua trajetória no alicerce da justiça social. A luta por direitos das mulheres em suas mais amplas esferas: sociais, físicas, psicológicas, emocionais, reprodutivas. Um ato político. Público. Conjunto. Entretanto, ao analisarmos o contexto das universidades brasileiras, nos acende o alerta sobre a raiz do movimento brasileiro, que, apesar de mudanças ao longo das décadas, ainda impera no ambiente acadêmico: o feminismo hegemônico (PAREDES, 2010). Como diria Nancy Fraser (2019), um movimento distante da grande maioria das mulheres, ausente de recortes sociais, de classe, cor, sustentado unicamente no gênero, privilegiando poucas e mantendo reféns do sistema patriarcal e capitalista, quase todas. Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar o sentimento de pertencimento aos discursos políticos feministas dentro dos muros da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O método utilizado para análise desta pesquisa se sustenta na abordagem quali-quantitativa, com uso de questionário, respondido de maneira anônima, com o objetivo de compreender as percepções das estudantes e ex-estudantes da UFPR e se o movimento e discurso feminista na UFPR as abarca enquanto mulheres mas, principalmente, enquanto indivíduos e os demais problemas sociais que as afetam. Busca, assim, analisar como se dá a comunicação e a forma de comunicar enquanto principal base para a luta de reivindicações e pertencimento a coletivos feministas.

Palavras-chave: Feminismo, Universidade Federal do Paraná, pertencimento.

ABSTRACT: Marked by the 1970s against the backdrop of military dictatorship in Brazil, the feminist movement gained strength in Brazilian universities under the need for political resistance against militarism and the struggle for political and civil rights. The movement, which originally stood out for uniting the demands of other subversive groups, such as the student movement and the black movement, traces its trajectory on the foundation of social justice. The struggle for women's rights in its broadest spheres: social, physical, psychological, emotional, and reproductive. A political act. Public. Collective. However, when analyzing the context of Brazilian universities, we are alerted to the roots of the Latin American movement, which, despite changes over the decades, still prevails in the academic environment: hegemonic feminism (PAREDES, 2010). As Nancy Fraser (2019) would say, this is a movement distant from the vast majority of women, absent of social, class, and color distinctions, based solely on gender, privileging a few and holding almost all women hostage to the patriarchal and capitalist system. Thus, this study aims to analyze the sense of belonging of feminist political discourses within the walls of the Federal University of Paraná (UFPR). The method used for this research is based on a qualitative-quantitative approach, using an anonymous questionnaire, with the aim of understanding the perceptions of students and former students of the Federal University of Paraná, and whether the feminist movement and discourse at UFPR encompasses them as women but, above all, as individuals and the other social problems that affect them. Thus, seeking to analyze how communication and the way of communicating are the main basis for the struggle for demands and belonging to feminist collectives.

bn

Keys words: Feminism, Federal University of Paraná, belonging.

PREFÁCIO

A política – em sua melhor definição da palavra – me acompanha ao longo da vida. A discussão sobre pautas sociais, políticas, econômicas e de justiça social está presente em todos os cafés da manhã, almoços e jantas desde que consigo resgatar na memória os momentos em família. Alguns entre brigas, caras feias e saídas da mesa. Outros com risadas, desacordos, mas vários pontos em comum. Ao pensar no delineamento deste trabalho, não poderia, jamais, escolher outro tema que não fosse o político. Unir o que acredito versus uma lista extensa de indagações que também compõe a complexidade das pautas sociais. Este trabalho é motivado pela experiência individual, buscando compreender se ela pode ou não ser coletiva.

Não sou negra ou periférica. Posso traços leves entre o indígena e árabes, mas nunca sofri nenhum tipo de violência por isso. Apesar da dificuldade econômica, nunca passei fome. Com estímulo e ciente da existência dos direitos às políticas públicas e projetos sociais, alcancei a tão sonhada vaga dentro da universidade, apesar de, desde antes da minha entrada, ter de conciliar estudos com trabalho. Não tive tempo de me engajar em diversos coletivos, grupos de estudos, rodadas de conversa após a aula no bar. Todos são extra-acadêmicos. Todos são pós horário de aula que, enquanto panelas – quer queira, quer não – estereotipadas: classe média, branca, bancada pelos pais e com tempo de sobra para discutir as mazelas do mundo, vivenciavam seus discursos ideológicos, enquanto outra parcela significativa dos alunos corria entre pegar o ônibus, almoçar uma marmita no caminho e tentar, a cada dia, não desistir do ensino superior. A maioria dos coletivos que se organizam como grupo de identificação dentro da UFPR e no curso de Relações Públicas são racializados, não me enquadro ali. Então onde me enquadro? Como o discurso sobre as pautas reivindicatórias das mulheres me inclui? Como inclui outras diversas mulheres que estão no limbo entre a máxima da negação dos direitos e um grupo seletivo e privilegiado?

Destaco aqui que não é meu ponto questionar os avanços nos direitos civis das mulheres e a participação imprescindível dos movimentos feministas universitários, mas reforçar que há uma necessidade de mudança que emerge, dentro e fora dos muros da universidade, acerca do discurso que reverbera e por quem o enuncia.

Pertencimento. O verbo que define as movitações para este trabalho é: pertencer ou a ausência dele. Ao longo da minha trajetória acadêmica, incontáveis vezes participei de atos nas mobilizações estudantis, protestos, palestras e mais uma porção de ações que fogem do escopo da aula, extensão ou pesquisa – ao menos, sempre que pude. A universidade, sobretudo pública, é política. Entretanto, apesar de todo conhecimento político e social de uma parcela significativa das pessoas que compõem a universidade e que fazem parte dos movimentos

político-sociais, delas também senti, ao longo da vida acadêmica, a exclusão. Durante o processo, vi inúmeros discursos de movimentos feministas da UFPR, e dentre todos, em nenhum me senti como parte pertencente daquele ambiente. Foi essa experiência que me levou ao tema deste trabalho de conclusão de curso, também para compreender se esse sentimento de (não) pertencimento atravessa a experiência de outras estudantes da UFPR.

1. INTRODUÇÃO

A universidade permite que o indivíduo entre em contato com os temas sociais, lhe permite emancipação e consciência política. Por essa razão, também se faz necessário questionarmos os modelos discursivos que advêm de seus movimentos sociais. Segundo Lourdes Arizpe (2003), as instituições acadêmicas, apesar de serem um ambiente de transformação social, são também um espaço de perpetuação da desigualdade de gênero e marginalização das vozes de mulheres e outras minorias. Nesse sentido, a exclusão e a desigualdade no acesso e na permanência no ensino superior constituem expressões concretas dessas dinâmicas estruturais.

De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março de 2024, o abandono escolar entre jovens de 14 a 29 anos evidencia essa realidade: cerca de 9 milhões não concluíram o ensino médio, seja por evasão antes do término ou por nunca terem frequentado o ambiente escolar. Dentre esses, 41,9% são mulheres e 71,6% se autodeclaram pretos ou pardos. O mesmo levantamento aponta que 29,5% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam matriculadas no ensino superior e 6,5% já haviam concluído uma graduação, enquanto entre pretos e pardos esses percentuais caem para 16,4% e 2,9%, respectivamente.

Os dados evidenciam que o recorte de classe e raça é diretamente ligado à entrada e permanência dentro dos espaços da universidade, que, apesar do seu caráter emancipador, é atravessado pela desigualdade histórica e se reflete diretamente dentro dos ambientes e discursos de articulação política, como os coletivos de mulheres. Para a filósofa Nancy Fraser, “o feminismo atual é um grito distante para a grande maioria e faz eco apenas para essas mulheres muito privilegiadas, que possuem o luxo de dizer que nós não precisamos nos preocupar com classes, cor ou temas econômicos, apenas com gênero” (2023, p. 2).

Segundo Martins et al. (2015), historicamente a mulher foi pré-determinada a ser minimizada diante da figura masculina, jamais vista sob uma ótica igualitária ao homem. Quando incluímos aí o recorte de classe e, principalmente, raça, a distância entre os degraus da

igualdade é ainda mais extensa. Como afirmou Elza Soares: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Sob os recortes da estratificação social e do patriarcado, a mulher pobre, preta e periférica segue, ainda, na base da pirâmide social. Isso posto, é importante questionarmos: como o movimento feminista universitário se desloca para viabilizar a manutenção social dessas mulheres? Com exceção dos movimentos coletivos feministas negros, como o movimento feminista da UFPR se posiciona e age frente às desigualdades econômicas, sociais e raciais, dentro e fora de seus muros, tornando possível a sensação de pertencimento no discurso por parte das alunas da instituição? Esses questionamentos foram mobilizadores da proposição da pesquisa, que se insere no contexto dos estudos de comunicação pública. Como aponta Koçouski (2012):

A comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (Koçouski, 2012, p.57)

Para tanto, o objetivo deste trabalho se centraliza em analisarmos o sentimento de pertencimento em relação ao discurso dos coletivos feministas dentro dos muros da UFPR, investigar, por consequência, a efetividade desse discurso no processo de comunicação enquanto interesse público. Essa perspectiva, ao estabelecer pontes com o campo das Relações Públicas, permite examinar a responsabilidade social dos coletivos enquanto organizações, bem como sua capacidade de promover o diálogo entre o público definido e os próprios coletivos. Tal análise se ancora no conceito de Relações Públicas simétricas, conforme proposto por Grunig e Hunt (1984), nas quais o processo comunicacional ocorre de maneira bidirecional, com ênfase na compreensão mútua entre a organização — neste caso, os coletivos — e seu público, considerando o discurso de reivindicação de pautas atreladas ao gênero.

A perspectiva de comunicação pública apresentada por Koçouski (2012) converge com a compreensão contemporânea das relações públicas como campo estratégico voltado à gestão ética e dialógica das interações sociais. Kunsch (2003) e França (2002) reforçam que a prática das relações públicas transcende o caráter instrumental e mercadológico e assume função social comprometida com o interesse público, a transparência e o fortalecimento da cidadania. Sob esse viés, tanto a comunicação pública quanto as relações públicas partilham do mesmo princípio orientador: a comunicação como prática de construção coletiva de sentidos e de

mediação entre diferentes vozes na esfera pública. Ao reconhecer o público não apenas como receptor, mas como sujeito ativo no processo comunicacional, as relações públicas reafirmam sua relevância como instrumento de democratização da comunicação e de consolidação de vínculos sociais pautados na confiança e na legitimidade.

Como metodologia, utilizamos a análise quanti-qualitativa, por meio de aplicação de formulário via pesquisa survey, sustentado em Babbie (2003) enquanto estratégia para análise de temas sociais, combinando os dados estatísticos junto às contextualizações de perguntas abertas, visando interpretar e compreender as respostas do formulário frente a pergunta de pesquisa

Assim sendo, este trabalho visa compreender o sentimento de pertencimento de alunas e egressas da Universidade Federal do Paraná frente ao discurso dos coletivos feministas presentes na universidade e buscar entender como o pertencer, ou sua ausência, está diretamente relacionada com os conceitos de comunicação e relações públicas, e o papel da comunicação e do conhecimento dos públicos enquanto processo fundamental na legitimação dos coletivos e suas pautas reivindicatórias.

2. O ATIVISMO FEMINISTA

Este trabalho, apesar de compreender sua importância histórica para chegarmos até aqui – por meio das lutas por igualdade e direitos civis formais, sociais e culturais que perpassam as lutas do movimento entre o século 19 até início do século 21 –, não possui como finalidade traçar a linha do tempo do movimento feminista, mas analisar seu processo, sobretudo, a partir da chamada quarta onda feminista.

Caracterizada pela mobilização das frentes feministas por meio das mídias digitais para maior articulação, visibilidade e denúncia, a quarta onda do movimento adota a perspectiva interseccional (Perez & Ricoldi, 2023). Matos (2010) apud Sarmento (2017) argumenta que vivenciamos no Brasil uma quarta onda, visível na solidificação dessas relações com o Estado e com a construção de múltiplas coalizações entre os feminismos e demais movimentos, como racial, operário e ambientalista.

Femenías (2007, p.24) apud Sarmento (2017) também pondera que o feminismo na América Latina tem características próprias, marcadas pela “transversalizaciones de etnia, clase, género y religión”. A pluralização desse ativismo tem encontrado também na internet um canal frequente de expressão (Alvarez, 2014; Plou, 2011).

Vivemos nos últimos anos uma nova primavera feminista, que exige que a gente se debruce sobre os rumos da nossa luta. Com quais mulheres os feminismos diversos dialogam? Que mulheres estão convencidas sobre a importância do feminismo? De que mulheres tratam os feminismos? Quais mulheres seguem ainda guetificadas e marginalizadas nos feminismos? O feminismo das 99% não prescinde desses questionamentos, justamente porque reconhece sua urgência (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p.13).

Entretanto, a construção do feminismo ainda ignorou, ou em parte ignora, mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante que produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019 p.13).

A construção do discurso feminista eurocentrado abafa da história diversas figuras importantíssimas, sejam do continente africano, do Oriente Médio ou da própria América Latina, em que o embranquecimento e a ausência dos recortes de classe como aspectos centrais da pauta tornam referências como Nisia Floresta (Carvalho, 2018), jornalista e uma precursora pelos direitos humanos e pelo acesso à educação no século 19, além da luta abolicionista, ou Manuela Sáenz (UNESCO, 2017), referência na luta pela independência da América Latina secundária nas linhas da história.

Como exemplificação, as duas autoras compõem uma lista extensa de mulheres constantemente esquecidas nas discussões feministas latino-americanas e, principalmente, dentro da trajetória mundial do feminismo, anulando suas bagagens, lutas, conquistas e fazendo um apagamento, mesmo que involuntário, também das mulheres as quais representam e por quem lutaram.

Esse contexto se estende ao cruzarmos a linha histórica do feminismo eurocentrado com os discursos feministas da universidade. A autora hooks (2018, p. 21) escracha a realidade vivenciada dentro dos muros do ensino superior: a academia era, e ainda é, local de privilégio de classe – e de raça. Por sua vez, ao ser um privilégio de classe, se torna, por consequência, um feminismo sem recorte, elitizado e neoliberal.

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela” (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p.11).

Este trabalho, portanto, se fundamenta principalmente nas teorias de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser em “Feminismo para os 99%: um manifesto”

(2019), bell hooks, em “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” (2018) e os conceitos da justiça tridimensional, de Nancy Fraser (1997, 2003, 2008), e suas intersecções nos discursos de coletivos femininos da Universidade Federal do Paraná e o papel da comunicação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste trabalho iniciei a pesquisa bibliográfica correlacionando comunicação política, comunicação pública, relações públicas e feminismo. Caracterizada como levantamento quanti-qualitativa e tem como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário via Google Forms, enviado para alunas e egressas da UFPR, via coordenação de cursos, além de difusão via redes sociais da autora para levantamento de respostas, disponível para respostas ao longo de 12 dias, on-line.

O envio foi realizado para todos os estudantes de todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFPR, mas obtendo como público-alvo apenas mulheres, sendo delimitado no formulário a partir da pergunta de chaveamento, por meio de pergunta fechada, sobre a autoidentificação como mulher e posterior encerramento do formulário em caso negativo.

O questionário visou compreender cada uma das respondentes frente ao tema proposto, articulado ao referencial teórico norteador, tanto na construção do questionário quanto para sua posterior análise.

A abordagem metodológica desta pesquisa se sustenta a partir da definição de pesquisa de levantamento ou survey, conforme Babbie (2003), como estratégia sistemática para a coleta de informações de um grande número de pessoas por meio de questionários padronizados, utilizada no exame de temas sociais e eficaz quando combinada com outros métodos (BABBIE, 2003, p.82). A escolha permite a combinação da amplitude do levantamento estatístico junto à contextualização de respostas abertas, unindo dados mensuráveis e interpretações subjetivas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p.188), o survey se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Por essa razão, o formulário consistiu em aplicação e público-alvo direcionado às discentes e egressas da UFPR, operacionalizadas por meio de um questionário estruturado, intercalado entre perguntas abertas (discursivas) para compreender os significados e contextos subjacentes às respostas e mensuração de atitudes e percepções dos participantes. A integração, segundo Günther (2006) e Creswel (2010), segue a perspectiva de que os métodos quantitativos e qualitativos não são excludentes, mas complementares na compreensão dos fenômenos sociais.

Segundo Babbie (2003, p.249), a compreensão plena dos dados de survey pode ser enriquecida pela análise de significados e contextos sociais nos quais as respostas são produzidas e, nesse sentido, busca analisar o sentimento de pertencimento frente aos discursos e coletivos feministas dentro da UFPR por parte das discentes e egressas que não fizeram parte desses coletivos mas possuam, ou possam possuir, alinhamentos aos movimentos feministas.

Para isso, o questionário foi organizado em 5 seções, pensadas de forma a organizar a construção lógica, com a seguinte progressão:

- 1) Seção 1 constitui a delimitação do público respondente, para autoidentificação, buscando ser direcionado para mulheres autodeclaradas, composta por 1 pergunta fechada, de múltipla escolha;
- 2) Seção 2 foi organizada para compreender quantas das respondentes são ou não participantes ou ex-participantes de coletivos feministas dentro UFPR, composta por 1 pergunta fechada, de múltipla escolha, com a finalidade de mapear as respondentes, sendo um filtro para as seções 3, 4 e 5;
- 3) As seções 3 e 4 foram direcionadas e pensadas, exclusivamente, para entrevistadas que não participaram de coletivos, sendo:
 - a. Seção 3: busca compreender o público respondente de maneira sociodemográfica, que possuiu como finalidade compreender melhor cada uma das respondentes, a partir do cenário social, cultural e econômico da entrevistada. Composta por 5 perguntas, sendo 3 de múltipla escolha: 1) em quais anos você é/foi aluna da UFPR – separado entre opções de 5 anos de 2000 a 2025 e opção outros; 2) Foi beneficiada por políticas de inclusão e permanência dentro da UFPR; 4) As políticas de cotas e/ou permanência foram fundamentais para sua continuidade dentro da UFPR?; 1 pergunta de múltipla seleção 3) Quais políticas de inclusão e permanência você necessitou ao longo da graduação? E 1 pergunta aberta, 5) Com base na pergunta anterior, você acredita que os coletivos feministas da UFPR foram responsáveis por políticas de inclusão na universidade? Por quê?
 - b. Seção 4: Na sequência, a respondente foi direcionada para a seção 4, eixo central deste trabalho, para “mapeamento sobre identificação aos coletivos feministas da UFPR”. Formada por 11 perguntas, 5 fechadas, 1 de múltipla seleção e 5 abertas. Sendo as perguntas, respectivamente:
 - 1) Dentro da sua visão, os coletivos da UFPR possuem cor e/ou classe social?
 - 2) Com base na pergunta anterior, quais razões te levaram à resposta?
 - 3) No seu período de graduação, já existiam coletivos feministas racializados e/ou voltados para classe social?
 - 4) Por que e como as pautas discutidas afetam sua decisão de participação nos coletivos feministas da UFPR?
 - 5) A questão de classe e cor, além das pautas discutidas dentro dos coletivos da UFPR, foi um fator decisivo para não fazer parte deles?
 - 6) Qual a razão para nunca ter participado dos coletivos?

- 7) Você se sente representada pelo discurso feminista dos coletivos de dentro da universidade? (considerar recortes de classe, cor, orientação sexual, etc). Quais razões levaram à sua resposta anterior?
- 8) Você acredita que um posicionamento político dos coletivos, unindo gênero à classe, raça e direitos fundamentais, favoreceria maior permanência de alunas na universidade?
- 9) Por quais razões você analisa que os coletivos da UFPR e seus discursos auxiliariam na permanência dentro da universidade?
- 10) Você analisa eficaz a forma como os coletivos feministas se posicionam e atuam hoje dentro da UFPR? Se sim, como?

As perguntas 1, 3, 5, 7 e 9 da seção compõem as perguntas fechadas e de múltipla escolha, a pergunta 6 de múltipla seleção e as perguntas 2, 4, 8, 10 e 11 contemplam as perguntas abertas.

- 4) Seção 5: foi estruturada e direcionada para as respondentes que pertencem a coletivos feministas – composta por 10 questões: 3 fechadas de múltipla escolha, 2 fechadas de múltipla seleção e 5 abertas. Sendo as perguntas da seção: 1) em quais anos você é/foi aluna da UFPR – separado entre opções de 5 anos de 2000 a 2025 e opção outros; 2) O que te levou a participar do coletivo? O coletivo e as pautas discutidas estavam dentro das suas expectativas? 3) Qual o objetivo e/ou diretriz/foco do coletivo (com seleção de pautas identitárias); 4) Número aproximado de participantes; 5) Como é realizada a divulgação do coletivo? (com seleção de formas de veiculação midiática e opção “outro”); 6) O coletivo já foi responsável por alguma pauta de política pública e/ou permanência dentro da UFPR?; 7) Caso sua resposta da pergunta anterior seja sim, qual política de permanência?; 8) Caso o coletivo que você participa tenha redes sociais ou espaços para divulgação (contato, e-mail, redes sociais) por favor, compartilhe conosco; 9) Você analisa eficaz a forma como os coletivos feministas se posicionam e atuam hoje dentro da UFPR? Se sim, como? 10) Quais razões levaram à resposta da pergunta anterior?

A amostragem e análise foram dadas pelo cruzamento das discentes respondentes e interpretação nas perguntas fechadas e por meio de triangulação das informações e das convergências dos dados quantitativos e qualitativos, contabilizando os seguintes resultados:

Total de respostas	Respostas descartadas por autoidentificação como homem	Respondentes como participantes e/ou ex-participantes de algum coletivo feminista	Respondentes como não participantes de algum coletivo feminista
104	6	7	92

As respostas contabilizam respondentes das áreas de humanas, sociais, biológicas e exatas, ao longo das 5 seções do questionário. As respondentes participantes ou ex-participantes de coletivos foram direcionadas para seção 5, sobre mapeamento dos coletivos feministas, enquanto as respondentes não participantes foram direcionadas para a seção 3, de

levantamento sociodemográfico e seção 4, para mapeamento sobre identificação aos coletivos feministas da UFPR, respectivamente

O modelo de pesquisa escolhido reflete a necessidade de possuir uma maior possibilidade interpretativa, considerando que fenômenos sociais complexos exigem o uso de mais de uma lente metodológica (Denzin & Lincoln, 2011, p. 13), sendo um processo político e interpretativo, em que a triangulação é utilizada somente como ferramenta ou estratégia de validação, mas como uma alternativa à validação (Denzin, 1978, p. 330), e, por fim, permite que, por meio da junção de práticas metodológicas seja possível ampliar a profundidade da investigação da pesquisa (Denzin & Lincoln, 2011, p. 4), indo ao encontro da ideia de que a experiência humana é multifacetada, e os métodos mistos são especialmente adequados para honrar essa complexidade (Greene, 2007, p.23).

4. PERTENCER OU NÃO, É A QUESTÃO: OS COLETIVOS FEMINISTAS DA UFPR

Antes de abordarmos os resultados do formulário neste trabalho, faz-se necessário contextualizar alguns conceitos centrais, como a definição de movimentos estudantis, coletivos feministas e a própria universidade, visando seu caráter de análise ao longo das informações do formulário. Destaco que, se tratando de um formulário anônimo, indicaremos as respostas das participantes e suas análises identificando as respostas como “entrevistada número X”, variando de 1 a 104.

Movimentos Estudantis (ME), segundo Beraldo & Sinibaldi (2020), são partes constituintes de uma sociedade contemporânea, que luta incessantemente pelos seus direitos, principalmente os direitos ao acesso a uma educação pública e de qualidade. Além de serem um dos movimentos sociais mais ativos da modernidade, os ME se fazem presentes no mundo todo e têm consolidado sua participação na conjuntura social e política de vários países, desde o grande marco de maio de 1968. Dessa forma, ainda de acordo com Beraldo & Sinibaldi (2020, p.3):

Algumas manifestações, eventos e demais componentes destes movimentos são de extrema importância para se estabelecer “[...] *uma certa construção identitária acerca da categoria estudantil enquanto agente político e transformador*” (Mesquita, 2006, p. 62). Em outras palavras, a participação dos estudantes nesse movimento permite, não só uma inserção no início de uma vida social, mas possui um caráter transformador de sujeitos passivos em autores sociais, capazes de lutarem pelos seus ideais e os da sociedade em que estão inseridos, construindo sua própria identidade.

Os coletivos feministas, sobretudo os universitários, segundo Castro, Roso & Gonçalves (2021), são grupos horizontais, politizados, que buscam modificar e visibilizar as relações de gênero em seu meio, além de, conforme pautado por Ferraz & Sansão Fontes (2023), serem grupos autogestionados, autônomos politicamente e que reivindicam a reorganização urbana a partir da perspectiva de gênero.

Em comparativo, mesmo que os coletivos feministas e os movimentos estudantis em algum grau se interseccionem, suas finalidades, na ordem prática – e teórica – são distintas. Movimentos estudantis possuem, em seu alicerce, a luta estudantil de caráter político-educacional, fomentando a atuação política estudantil e os avanços sociais dentro desse espectro, enquanto os coletivos feministas pautam suas reivindicações sob a ótica do combate à violência de gênero, desigualdades institucionais e relações igualitárias dentro dos muros da academia, como apontado por Martins & Silva (2019).

À universidade, por fim, cabe a função de “elaborar uma compreensão ampla e fundamentada relativamente às finalidades e transformações da sociedade” (Dias Sobrinho, 2005, p.165). Segundo Gohn & Zancanella (2012, p. 66):

A universidade é chamada à construção de uma parceria mais estreita com os movimentos sociais, objetivando a sua emancipação político-cultural [...] enquanto instituição dedicada à produção de conhecimentos, tem o compromisso de estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade, buscando refletir sobre a situação sociopolítico-cultural do espaço geográfico em que se encontra inserida e, através de ações, colocar-se mais próxima da comunidade, para que esta participe de sua prática e ação social.

A necessidade de expor ambos os conceitos se deu após verificarmos que há alguns equívocos entre as respondentes da pesquisa quanto à compreensão sobre o papel e o que fazem os coletivos feministas, os movimentos estudantis e a própria universidade.

Como exemplo, durante a pergunta 7, seção 4, sobre quais razões levam a respondente a acreditar que os coletivos feministas da UFPR foram responsáveis por políticas de inclusão na universidade e por quê? A entrevistada número 2 indicou que a razão seria “DCE elitizado”. Na mesma seção, a entrevistada número 70, por sua vez, respondeu que a razão seria: “Os projetos de extensão possuíam padrões entre os integrantes, acho que é uma movimentação comum de grupos, é difícil encontrar diversidade mesmo em órgãos públicos.”

Ainda sobre a questão citada anteriormente, a entrevistada número 56, inseriu como resposta:

O discurso no geral durante as aulas era extremamente importante, bem elaborado e compreendia que a discussão muda de acordo com os recortes sociais de cada mulher. Sempre havia diversas visões sobre o tema, me sentia incluída e ouvida, já que todos os grupos e visões eram ouvidos. Senti falta apenas de ter contato com grupos feministas mais gerais (não conhecia/não vi

divulgação), que incluíssem todas as discussões, pois eu não poderia me inserir em um grupo racializado (já que era o lugar seguro de mulheres pretas para compartilharem suas experiências) (Entrevistada 56)

As respostas evidenciam como, em algum nível, há um processo de desinformação quanto aos papéis dos coletivos e dos movimentos estudantis enquanto entidades, e sobre qual o papel da universidade dentro do processo de informação. Nesse sentido, Becerra (2019, p.63) aponta como a estrutura comunicacional latino-americana impede que os receptores da informação acessem e compreendam as diferenciações internas dos movimentos sociais, resultando em conceitos simplificados deles, conceito este reforçado por Mata (2016, p.89) ao apontar que “Cuando los conflictos sociales no son explicados, la ciudadanía pierde referencias para interpretarlos.”, logo, quando a opinião pública é baseada em suposições, pela ausência de uma comunicação efetiva, não temos a compreensão total dos papéis sociais.

Segundo o Portal da Transparência da Universidade Federal do Paraná, até o segundo semestre de 2025 a instituição possui 27.571 alunos com matrícula ativa, nos 122 cursos de graduação distribuídos nos 17 campi em seis cidades do Estado do Paraná. Dos dados acerca da quantidade de alunas mulheres dentro da universidade, de acordo com artigo publicado em 2018 pela instituição, 77,13% dos alunos matriculados eram mulheres¹. Os dados levaram em consideração os alunos devidamente matriculados, com evasão, e desconsideraram os alunos com matrículas temporárias (GRT). O dado também considera as matrículas dos calouros de 2018. Nos cursos de pós-graduação, segundo o artigo, a taxa de alunas matriculadas é acima de 50% entre cursos de especialização, residência, mestrado e doutorado.

A amostragem de pesquisa deste trabalho possui percentual baixo² se comparado ao número total de alunas da instituição, porém, nos permite iniciar o mapeamento e compreender falhas comunicacionais dentro dos coletivos feministas, considerando a diversidade de respondentes na comparação de áreas de conhecimento e os anos como discentes dentro da Universidade Federal do Paraná.

A filtragem do ano como aluna da instituição corresponde à primeira pergunta nas sessões 3 e 5 do formulário. No gráfico 1, há uma grande variação no número de respondentes, com pelo menos 1 resposta em todos os anos entre 2000 e 2025, sendo a preponderância de

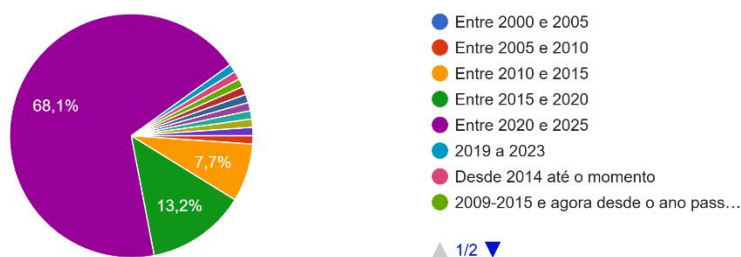
¹ Não conseguimos acesso a dados atualizados até o fechamento do artigo.

² Vale ressaltar que a pesquisa não segue a abordagem quantitativa, portanto, não busca a validade estatística e sim configura como exploratória para fazer esse primeiro movimento de compreensão do cenário, referente também ao intervalo de tempo de realização de um TCC

resposta entre 2015 e 2020 (13,2%) e de 2020 a 2025 (68,1%). No gráfico 2, as respostas se concentraram entre 2015 e 2020 (33,3%) e 2020 a 2025 (66,7%).

Gráfico 1 – Entre quais anos você foi e/ou é aluna da UFPR (seção 3)

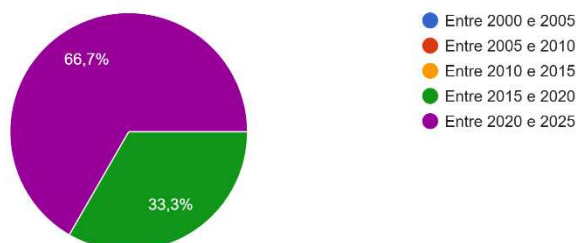
Entre quais anos você foi e/ou é aluna da UFPR
91 respostas



Fonte: A autora (2025)

Gráfico 2 - Entre quais anos você foi e/ou é aluna da UFPR (seção 5)

Entre quais anos você foi e/ou é aluna da UFPR
9 respostas



Fonte: A autora (2025)

Os dados nos possibilitam entender diferentes fases da universidade em comparação com as respostas das entrevistadas, viabilizando enxergar, ao longo dos anos, possíveis mudanças nos discursos e no sentimento de pertencimento das alunas e/ou egressas da instituição face aos coletivos feministas da UFPR.

Como delimitador e comparativo das respostas, as questões de raça e classe são essenciais para o mapeamento. Das entrevistadas, 54,9% foram beneficiadas por políticas de inclusão e permanência dentro da UFPR e 45,1% não, conforme gráfico 3.

Das beneficiadas, tivemos uma grande variação quanto às políticas de inclusão e ou permanência utilizadas, com a maioria das alunas cotistas sendo de escola pública, sem outra

política de cotas para entrada (25,3%) e 19,8% necessitando de políticas de permanência para continuidade no ensino superior. Por outro lado, 40,7% das entrevistadas não necessitaram de políticas de permanência ao longo da graduação ou entraram por política de cotas.

Gráfico 3 – Levantamento sociodemográfico (seção 3)



Fonte: A autora (2025)

Descritivo da pergunta, gráfico 3, pergunta 3, seção 3: Quais políticas de inclusão e permanência você necessitou ao longo da graduação?

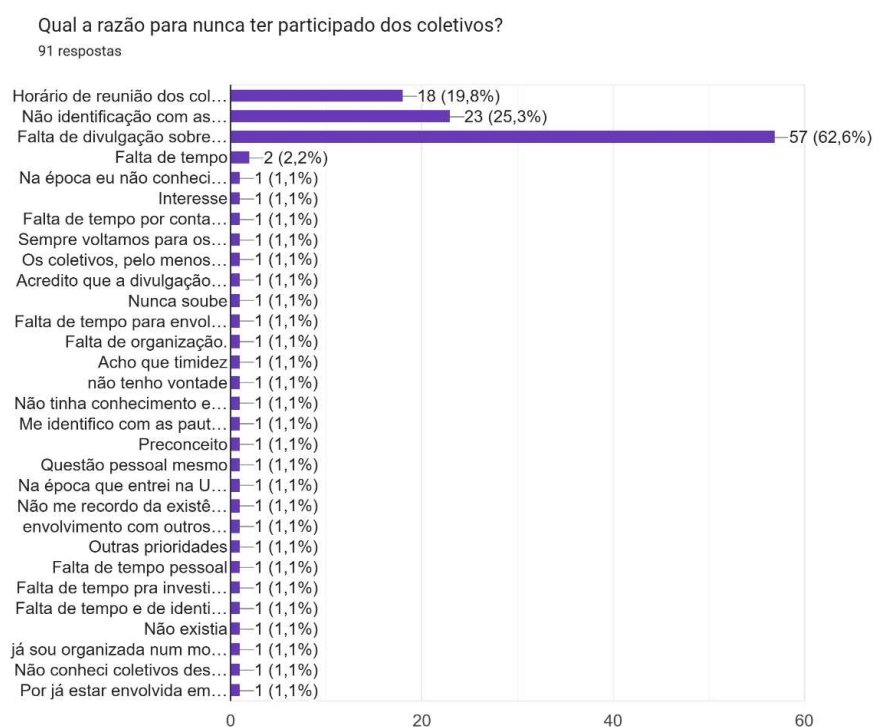
- I. Ingressei na universidade por cotas de escola pública
- II. Ingressei na universidade por cotas de escola pública e renda
- III. Ingressei na universidade por cotas de escola pública, renda e raça/etnia
- IV. Ingressei na universidade por cotas de raça/etnia
- V. Ingressei na universidade por cotas de PcD
- VI. Obtive auxílio permanência ao longo da graduação (creche, alimentação, moradia, bolsa)
- VII. Não ingressei na UFPR por política de cotas ou necessitei de políticas de permanência ao longo da graduação
- VIII. Outro

As divergências sociais, econômicas e de raça acabam sendo fatores fundamentais no processo de pertencimento aos discursos feministas da universidade. A participação de mulheres na academia representa o avanço nas questões de gênero, mas acende o alerta para a forma de difusão dos discursos feministas e para quem são disseminados. Sobre isso, hooks (2018, p. 6), cita:

Ao longo dos anos, como a diversidade de vozes femininas e masculinas que se reúnem para debater, escrever incríveis teorias feministas e de crítica cultural aumentou, o meio acadêmico se tornou, e tem se tornando, o principal cenário da disseminação do pensamento feminista. Essa tendência tem causado um impacto positivo para estudantes da universidade, porque proporciona mais oportunidades para o pessoal descobrir o poder e o significado do pensamento e da prática feministas, mas tem impacto negativo no trabalho de aumentar o engajamento do grande público no movimento feminista.

Nesse sentido, a forma como os coletivos feministas se posicionam na universidade – ou a ausência dos seus posicionamentos de forma ampliada – constitui as principais problemáticas analisadas durante as respostas das entrevistadas ao longo do questionário. Um dos principais reflexos se dá na pergunta 6, seção 4, sobre as razões para não participação em coletivos feministas, conforme disposto no gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 - Mapeamento sobre identificação aos coletivos feministas da UFPR (seção 4)



Fonte: A autora (2025)

Dos resultados, 28,57% não participaram de algum coletivo em virtude do tempo. 34,07% não participaram pela falta de identificação com os coletivos e/ou temas abordados por eles, 32,97% não participaram ou não sabem se participariam por conta da falta de divulgação dos coletivos e suas vertentes, os 4,39% correspondem a “outros”.

Por consequência, temos questões de redistribuição, reconhecimento e representação, abordadas por Fraser (1997, 2006, 2009) que podem ser atribuídas às análises das respostas, considerando as questões econômicas e sociais como fator do tempo, indo ao encontro do que destaca Foracchi (1965, pp. 128) apud Trópia & Souza (2023) ao observar que o trabalho “representa para o estudante a possibilidade efetiva de manter-se como estudante”. De acordo Trópia & Souza (2023, p. 11) as oportunidades acadêmicas são desigualmente experimentadas, sendo o trabalho uma variável central para compreender tais assimetrias [...] demonstrando também as dificuldades que os estudantes das Ifes oriundos de grupos sociais mais

subalternizados enfrentam para permanecer na universidade (Trópia & Souza, 2023, p.3) e estabelece uma clivagem entre aqueles para os quais a necessidade de trabalhar se cumpre, ainda que parcialmente e em muitos casos precariamente, aumentando de modo significativo a dificuldade material para prosseguir nos estudos (Trópia & Souza, 2023, p.4).

Logo, a redistribuição, em que a injustiça econômica se manifesta como má distribuição, isto é, como estrutura que nega a certos grupos os recursos necessários para participar em condições de igualdade na vida social (Fraser, 2009, p. 74), reflete diretamente na participação e no pertencimento dos coletivos feministas da UFPR, que corroboram face às respostas das entrevistas 91 e 21, respectivamente, sobre as razões da não participação aos coletivos:

Acho que o feminismo da *universidade* ainda é um feminismo muito branco e descaracterizado, pois a universidade ainda enfrenta um distanciamento do elitismo que por anos tomou conta dos espaços criados lá dentro - e quando falamos de elite inevitavelmente falamos de branquitude. (Entrevistada 91)

Como não cheguei a de fato participar de nenhum coletivo, não posso afirmar com propriedade sobre isso. Mas imagino que sim, a própria logística de toda atividade na universidade que faz com que a gente precise se deslocar, passar mais tempo no campus fora do horário de aula (e em horário de trabalho, muitas vezes) infelizmente já acaba sendo excludente (Entrevistada 21)

A elitização dos coletivos feministas abordados pelas duas entrevistadas se estende à questão do tempo para participação (redistribuição) e atravessa questões de reconhecimento e representação. Do reconhecimento por meio da cultura e do simbolismo, Fraser (2006, p. 30) cita que a injustiça cultural aparece como padrão institucionalizado de desrespeito que impede a paridade de participação dos grupos subalternizados, conforme aponta a entrevistada número 16:

Imagino que esses coletivos, apesar de terem uma boa intenção inicialmente, não abrangem a todos. Não faz sentido eu entrar em grupos onde não me vejo e não vejo mulheres como eu” (pergunta 4, seção 4), “o discurso feminista por vezes é muito seletivo, reconhecendo as dores apenas de mulheres que partem de um mesmo lugar (o lugar do privilégio)” (Entrevista 16 em resposta a pergunta 7, seção 4)

Esse aspecto é reforçado na resposta à pergunta 5, seção 3, pela entrevistada 48:

Certos discursos feministas dentro da universidade não contemplam todas as experiências, sendo muitas vezes mais voltados para mulheres de determinada classe social, cor ou orientação sexual, e acabam não representando a diversidade de realidades presentes. (Entrevistada 48)

Por sua vez, há também problemáticas quanto à representação, que Fraser (2009, p. 25), estabelece como a injustiça política que assume a forma de falhas de enquadramento, quando aqueles afetados por decisões não são reconhecidos como integrantes da comunidade política capaz de contestá-las. O ponto em questão pode ser observado em respostas como as das entrevistadas a seguir:

Pelo que lembro, a maioria das mulheres que falavam nesses momentos eram mulheres brancas.” (Entrevistada 3, questão 7, seção 4)

No decorrer da faculdade senti que determinados coletivos defendiam sim o feminismo, mas sem se atentar à interseccionalidade em meio a isso. No fim o discurso de uma feminista branca e de classe média alta pode se diferir muito do meu. (Entrevistada 15, questão 5, seção 3)

Sendo sincera, não posso dizer com total precisão sobre os coletivos, uma vez que não participei de nenhum. Mas observando durante a graduação quem eram as estudantes mais engajadas em causas feministas e de igualdade de gênero, para mim, ficava evidente a classe social e cor. (Entrevistada 33, questão 2, seção 4)

Lembro de me sentir constrangida quando tentava expressar com ou próximo de alguém que participava de algum coletivo. Na época eu não sabia do quanto precisava de apoio, mas não tinha conhecimento disso e só fui encontrar acolhimento fora da universidade, depois de formada. (Entrevistada 67, questão 7, seção 4)

As respostas qualitativas ganham maior relevância quando cruzadas com as quantitativas, reforçando os pontos até então abordados na análise. Quando questionadas, em pergunta de múltipla escolha sobre sentirem-se representadas pelo discurso feminista dos coletivos de dentro da universidade, 50 entrevistadas responderam que não, enquanto 41 entrevistadas responderam que sim. Para 54% das entrevistadas, a falta de sentimento de pertencimento e representação se mistura, como apontado anteriormente, pela falta de identificação direta aos discursos, mas também pela ausência de divulgação sobre a existência dos coletivos dentro da universidade. Como observado nas respostas a seguir referentes à questão 7, seção 4:

Não conheço as pautas para me sentir representada (Entrevistada 6)

Não conheço os discursos dentro da universidade, não vi nenhuma divulgação nas exatas (Entrevistada 11)

Não mostram para a comunidade o que é feito (Entrevistada 13)

Não houve debate e discussões sobre o feminismo que atinjam o público geral (Entrevistas 32)

Não acho que seja uma pauta forte dentro da Universidade atualmente. (Entrevistada 38)

Não conheço os coletivos (Entrevistada 44)

Durante meu tempo de UFPR não conheci nenhum movimento coletivo (Entrevistada 51)

Eu não conheço nenhum coletivo feminista (Entrevistada 76)
Não conheço a fundo o discurso feminista dentro da universidade (Entrevistada 81)
Falta de conhecimento (Entrevistada 89)

Ao longo do formulário, a questão da falta de conhecimento sobre os coletivos é latente, acendendo o alerta nesta pesquisa para mais um ponto fundamental: a comunicação.

Peruzzo (2013) fala da importância de uma comunicação vinculada às lutas mais amplas de segmentos populacionais organizados e que possui a finalidade de contribuir para solucionar problemas que afetam o dia a dia das pessoas e a ampliar os direitos de cidadania. Nesse sentido, a necessidade de uma comunicação mais efetiva é preponderante quando vinculada à participação e representatividade dos coletivos feministas, uma vez que é por meio da qualidade e da quantidade de informação que irá se traduzir a intensidade da participação na vida social e política.” (PAES, 2015, p. 281).

Em comparação, quando hooks (2018) aponta sobre a importância do feminismo universitário e as teorias feministas como importante avanço do pensamento, por um lado, ao passo que avança para uma parcela das alunas da universidade, por outro, regride para outro grupo significativo de mulheres, seja pela falta de informação ou pela exclusão ao discurso – muitas vezes da própria universidade – que não se sentem abarcadas por tais pautas ou coletivos. Concomitantemente, Arruzza, Bhattacharya, Fraser, (2019), discorrem que:

O feminismo para os 99% busca uma transformação social profunda e de longo alcance. Em outras palavras, é por isso que não pode ser um movimento separatista. Propomos, ao contrário, participar de todo movimento que combate a favor dos 99%, seja lutando por justiça ambiental, educação gratuita de alta qualidade, serviços públicos amplos, habitação de baixo custo, direitos trabalhistas, sistema de saúde gratuito e universal, seja batalhando por um mundo sem racismo nem guerra. É apenas ao se aliar a esses movimentos que conquistamos poder e visão para dismantellar as relações sociais e as instituições que nos oprimem. (p.32)

Em comparação com as respostas das entrevistadas e o referencial teórico, constata-se que há uma ausência no sentimento de pertencimento frente aos coletivos femininos da UFPR, sobretudo quanto ao sentimento de que os coletivos da instituição possuem classe e cor e, por conseguinte, uma dissonância entre as pautas de defesa dos coletivos feministas da UFPR e a real necessidade de discurso a ser levantado, como observado nas seguintes respostas:

Falando especialmente do DECOM, vejo uma certa elitização. São pessoas da classe média/média alta, em sua maioria brancas, que sempre tiveram acesso à informação e à política. Muitas pessoas racializadas e pobres chegam na universidade sem nem saber direito o que são movimentos e coletivos políticos. Logo, é muito mais fácil uma pessoa branca e mais abastada estar presente nesses movimentos do que aquelas que tiveram pouco acesso, em sua

maioria pessoas racializadas e pobres. A esquerda brasileira, em geral, tem se mostrado cada vez mais algo relacionado às aparências; é de bom tom se dizer de esquerda, quase como se isso te classificasse como uma pessoa boa, uma pessoa não racista, não machista, que defende os direitos humanos etc. A esquerda atual deixou de ser uma esquerda que movimenta de fato as bases da sociedade, que chama as pessoas pra rua, que visa agregar trabalhadores. A esquerda vem se perdendo em pautas liberais, em mero identitarismo. Não se discute mais sobre o sistema capitalista, sobre como os trabalhadores são explorados. E isso é claro e evidente quando vemos o DECOM. As pessoas levantam bandeiras, mas não fazem nada a respeito além de um postar um story. É tudo da boca pra fora. Quase como se fosse pra tirar o seu da reta "Ah, eu sou branco e privilegiado, mas eu reconheço isso e apoio movimentos de esquerda" e só. É fraquíssimo. Chega a ser cômico, mas é um retrato fiel da realidade. (Entrevistada 80, questão 5, seção 3)

Como qualquer movimentação pública, coletivos podem vir de um lugar elitizado, condescendente, de privilégio e branquitude. Acho que às vezes mesmo com boas intenções, um coletivo pode ser ocupado por vozes não representativas. (isso quando os coletivos não vêm de um lugar mal intencionado onde a opressão é ativamente procurada) e quem paga por isso são as pessoas de marcadores sociais marginalizados que, além de reprimidas, podem ser negadas a participação, ofuscadas no debate ou ainda prejudicadas. Em contraponto, tem coletivos que surgem exatamente por esse motivo, em busca da participação e representação de classes que antes não tinham possibilidade de espaço em qualquer debate político. Então, seja para o bem ou para mal, sim, os coletivos possuem cor e classe social. (Entrevistada 71, pergunta 5, seção 3)

Muitas pessoas que possuem tempo e disponibilidade para integrar coletivos acabam sendo pessoas de classes sociais privilegiadas e, em sua maioria, brancas. (Entrevistada 43, pergunta 5, seção 3)

Porque mesmo que os coletivos tenham um discurso amplo, na prática há uma predominância de mulheres brancas, e as discussões raciais acabam sendo tratadas de forma secundária. Isso mostra que ainda existe um recorte racial e de classe social implícito nas dinâmicas. (Entrevistada 42, pergunta 5, seção 3)

Me sinto mais ou menos representada, sendo sincera. Tem pautas que me identifico, mas eu sinto que falta mais profundidade nos debates, sinto que falta falar de raça, falta falar de transsexualidade, falta falar de classe, falta falar de capitalismo e de como ele corrobora a opressão feminina. Sinto que os discursos feministas em geral são muito cor de rosa, enquanto na verdade deveriam ser preto e vermelho sangue. (Entrevistada 92, pergunta 6, seção 4)

Por fim, mas não menos importante, analisamos as respostas das entrevistadas participantes e/ou ex-participantes de coletivos feministas. Como resposta comum, todas ingressaram dentro dos coletivos objetivando o pertencimento e o alinhamento com as pautas feministas. Dos formatos de comunicação e conhecimento sobre os coletivos, três das entrevistadas responderam que a divulgação é feita via Centros e/ou Diretórios Acadêmicos, duas via Centros e/ou Diretórios Acadêmicos, reuniões e redes sociais, uma via redes sociais e uma via reuniões.

Em cinco coletivos o número de participantes foi de 10 a 30 e dois coletivos com número de participantes entre 30 e 50 pessoas. A predominância de vertentes foi de raça e/ou etnia e coletivos LGBTQIAPN+. Das sete entrevistadas que participam de coletivos, apenas uma analisa como efetiva a comunicação dos coletivos, entretanto, a entrevistada 9 apontou, na pergunta 10, seção 5 que “Sinto que não existe tanta abertura para coletivos feministas dentro da UFPR. Parece que não é ‘bem visto’ e ‘bem recebido’” (Entrevistada 9), quando questionada sobre analisar como eficaz a forma como os coletivos se manifestam e posicionam dentro da universidade. Ainda nesta questão, obtivemos as seguintes respostas:

Não consigo me pautar totalmente nos coletivos atuais. Mas ainda percebo coletivos feministas brancos, elitizados e heteronormativos. (Entrevistada 23)

No meu tempo de permanência, vi muito pouca atividade. As pessoas estavam mais focadas em atléticas do que em coletivos. (Entrevistada 24)

Eu falo a partir do que eu participei e não achei eficaz na época. Claro que existem vários coletivos e cada um único. Mas eu acho que falta uma maior visibilidade, a gente não ouve muito falar deles e nem o que eles fazem por nós [...] acho que é justamente essa falta de comunicação, de visibilidade. Talvez se os coletivos fossem apoiados diretamente pela comunicação da UFPR. Acho que tem um caminho muito longo ainda a percorrer (Entrevistada 79)

Claro que, o que eu vi ocorrer foi particularmente não efetivo, mas dentre outros que algumas amigas minhas de outros cursos já participaram/participam, eles acabam sendo mais um grupo de colegas do que um COLETIVO político-social de fato. Tendo como base coletivos de outros temas (raça, socialismo, neurodivergência, LGBT, etc.), dá pra notar que uma base teórica para se "alinhar" a alguma linha política, por exemplo, é o que mantém esses coletivos ativos e que leva a causar algum impacto na sociedade, já que as pessoas têm algo a se engajar. Nos coletivos feministas acaba que (na minha opinião) existe um receio de defender uma linha feminista e as pessoas não querem apoiar por considerarem algo extremo, ou até mesmo uma falta de conhecimento do fato de que o feminismo também tem uma teoria de fato. (Entrevistada 75)

As respostas acima nos permitem analisar falhas nos discursos e pautas dos coletivos da UFPR, que, intencionalmente ou não, para projetos que beneficiam predominantemente o 1%, (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019), o que reflete até mesmo em participantes e/ou ex-participantes dos coletivos.

Dessa forma, triangulando, por fim, os aspectos apontados por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), bell hooks (2018), Nancy Fraser (1997, 2003, 2008), aliados às respostas do formulário, nos permite fundamentar a existência de inúmeras brechas quanto aos movimentos feministas e ao sentimento de pertencimento das alunas da instituição frente a eles. Destacam-se limitações ou mesmo lacunas nos processos de interseccionalidade

das pautas que, por sua vez, afetam os processos comunicacionais, de representação e participação pública, reforçando o afastamento de uma causa que, apesar de extremamente necessária e legítima, precisa rever seus processos de representação e atuação.

A UNIVERSIDADE E O FEMINISMO “SEX AND THE CITY”

Se a vida imita a arte, podemos comparar a ficção dos discursos feministas com a realidade dos discursos dos coletivos feministas da universidade a partir da percepção das estudantes que passam pela instituição. A série estadunidense *Sex and the City*, produzida pela Home Box Office (HBO) durante os anos de 1998 – 2004, aborda questões importantes quanto à discussão de gênero. Na crista da terceira onda feminista, a obra é pautada no poder, carreira, liberdade sexual e reprodutiva (Adriaens; Van Bauwel, 2011).

Não se questiona aqui a importância da série enquanto o ponto de vista da liberdade de gênero, porém, é perceptível que o discurso flerta com o feminismo neoliberal – esvaziado de pauta interseccionais como raça ou classe – em que o empoderamento, de forma consciente ou não, é centralizado no privilégio material (Resnik, 2013), reproduzindo e perpetuando a ideia do feminismo hegemônico, branco, heteronormativo e de classe média alta (Brasfield, 2006).

O universo da ficção e de academia cruzam seus caminhos ao relatarmos que, como proposto neste trabalho, o feminismo latino-americano dominante se construiu a partir das experiências e necessidades das mulheres brancas (Espinosa Miñoso, 2008, p. 22), refletindo nas pautas de coletivos e discursos feministas da universidade, que se consolidou como um lugar de privilégio racial (Curiel, 2013). O chamado empoderamento das protagonistas é possível porque elas possuem recursos econômicos e raciais que as colocam numa posição de privilégio dentro da cultura urbana (Brasfield, 2006, p. 133) em que o feminismo hegemônico mantém como referência a experiência das mulheres brancas de classe média (Carneiro, 2023, p. 142). Aspectos estes também apontados pelas participantes da pesquisa, tanto nas questões fechadas quanto em suas próprias definições a partir das questões abertas.

Ainda sobre pertencimento, também se faz necessário questionarmos o processo comunicacional e para quem os coletivos têm se voltado, pois, assim como na ficção, o direcionamento de discurso delimita os públicos de representação e, por consequência, a sensação de pertencer. Como um dos principais desafios – e atuais limitações – dos coletivos feministas da UFPR, está a comunicação, reforçada ao longo deste artigo vide referencial teórico em contraposição às respostas do formulário, e que se tornam grande problemática frente a sua importância enquanto representantes de movimentos sociais e grupos de representação, gerando o afastamento ou sequer o reconhecimento de sua existência. A falha

na comunicação retroalimenta dois extremos: o não pertencer por uma parcela da comunidade acadêmica, que não se sente representada pelo formato e pelo discurso dos coletivos feministas e outro com a não ciência de sua existência, excluindo a possibilidade de maior aderência por acadêmicas da instituição e a possibilidade de novos caminhos para os coletivos feministas.

Dessa forma, ao longo deste trabalho, discutiu-se não sobre um antifeminismo, mas sobre a limitação dos coletivos feministas dentro dos muros da universidade pública, no presente artigo, especificamente da Universidade Federal do Paraná. Tem-se, portanto, não a ideia de crítica aos coletivos feministas, pois não cabe aqui minimizar sua importância dentro de um processo histórico, político e social, mas questionar sua eficácia. Sobretudo, considerando a necessidade latente de discursos realmente sobre pertencimento e luta, tornando assim a interseccionalidade e o fim da exclusividade quanto ao gênero indispensáveis, além de suas brechas do ponto de vista da representação, reconhecimento redistribuição, admitindo problemáticas de comunicação, que afetam, diretamente, a ascensão dos coletivos e suas possibilidades frente às discussões e movimentações para políticas públicas de gênero e interseccionalidades dentro da UFPR.

Enquanto os discursos e coletivos feministas continuarem possuindo classe e cor, associados a um processo de comunicação não libertador, inclusivo e falho, andaremos na contramão da liberdade e frente às amarras do conservadorismo e da exploração. E no final do dia, continuaremos com o feminismo *Sex and the City*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. G. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. *Filosofando*, [s.l.], v. 1, n. 1, p2, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/filosofando/article/download/2125/1801/3573>.

ADRIAENS, Fien; VAN BAUWEL, Sofie. Sex and the City: A Postfeminist Point of View? Or How Popular Culture Functions as a Channel for Feminist Discourse. *Journal of Popular Film and Television*, v. 39, n. 1, p. 2-9, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01956051.2011.541709>

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Trad. de Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2019

ARIZPE, Lourdes. *Antropología y feminismo en América Latina: teorías y prácticas emergentes*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2003.

AGÊNCIA IBGE. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Agência IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023#:~:text=%E2%80%9CA%20Meta%2012%20do%20PNE,taxa%20de%2036%2C0%25>. Acesso em: 01/08/2024

BAY, Edna. *Wives of Leopard: gender, politics, and culture in the kingdom of Dahomey*, Charlottesville; London: University of Virginia Press, 2012 (or.1998)

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de survey*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. *Los dueños de la palabra*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

BERALDO, Isabela; SINIBALDI, Bárbara. *Movimento estudantil: interface entre as análises progressas às contemporâneas*. Perspectivas em Psicologia, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 1–20, jan./jun. 2020.

BRASFIELD, Rebecca. *Exposing the Hegemonic Feminist Narrative: Sex and the City*. *Journal of Popular Film and Television*, v. 34, n. 3, p. 130–139, 2006. DOI: 10.3200/JPFT.34.3.130-139.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2023.

CARVALHO, Joana D'Arc de. *Nisia Floresta: Mulher e Educação no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Editora ABC, 2018.

CASTRO, Vanessa Soares de; ROSO, Adriane; GONÇALVES, Camila dos Santos. *O feminismo não é entregue de bandeja: saberes e práticas de um Coletivo feminista estudantil*. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, p. (e)-, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n265655

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: En la Frontera, 2013.

DENZIN, Norman K. *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New York: McGraw-Hill, 1978.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*, n.28, p.164-73, 2005.

DIOP, C. H. *A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*. Angola: Pedago, 2014.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. *Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.

FERRAZ, Carolina; SANSÃO FONTES, Adriana. Coletivos urbanos feministas: ações insurgentes para uma cidade cuidadora. *AREA – Agenda de Reflexión en Arquitectura, Diseño y Urbanismo*, v. 30, n. 1, p. 1-18, nov. 2023 / abr. 2024. DOI: 10.62166/area.30.1.2517.

FRANÇA, Fábio. *Relações Públicas: função política*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2002.

FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. New York: Routledge, 1997.

____; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.

____. *Escalas da justiça*. Trad. H. L. Xavier. São Paulo: Boitempo, 2009.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. A relação entre universidade e movimentos sociais como princípio da construção crítica da educação do campo. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 57-70, 2012.

GRENE, Jennifer C. *Mixed Methods in Social Inquiry*. San Francisco: Jossey-Bass, 2007.

GRUNIG, James E.; HUNT, Todd. *Managing Public Relations*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1984.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloíza Helena Gomes (org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 41-57.

MATA, María Cristina. *Comunicación y ciudadanía: tensiones del espacio público contemporáneo*. Córdoba: UNC, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, A. et al. O papel da mulher no mercado brasileiro, 2015.

MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão; SILVA, Thaiana Rodrigues da. *Um estudo sobre coletivos feministas: jovens secundaristas e universitária*. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 12, n. 39, p. 122-132, 2019. DOI: 10.3895/cgt.v12n39.9277.

NAIR, Yasmin. *Sex and the City's Soft White Supremacy*. In *These Times*, 2022.

Disponível em: < <https://inthesetimes.com/article/sex-and-the-city-franchise-w> >. Acesso em: 10 nov. 2025.

PAES, Luciano Marcos. *Participação popular e acesso à informação ambiental para preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 5, n. 3, p. 277-287, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3561>. Acesso em: 17 nov. 2025.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. La Paz: CEDEC / Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. Os feminismos contemporâneos e a quarta onda: mobilizações, coletivos e interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/83260>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260>

REZNIK, M. *Intersectionality between Gender and Class in Modern Culture*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) — Södertörn University. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:626470/fulltext01.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. *Pro-Posições*, Campinas, v. 34, e20210033, 2023. p. 1-29.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Portal da Transparência: Indicadores de Graduação. Disponível em: <https://transparencia.ufpr.br/public/indicadores/graduacao.jsf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Mulheres da UFPR: conheça alguns dados sobre a presença feminina na nossa universidade. Disponível em: <https://ufpr.br/mulheres-da-ufpr-conheca-alguns-dados-sobre-a-presenca-feminina-na-nossa-universidade/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

UNESCO. *Los Desafíos del Desarrollo Sostenible en América Latina*. 2017. Relatório. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192335_por. Acesso em: 01 ago. 2024.